

**“AQUI TEM GENTE COMO EU”: SUBJETIVIDADE LGBT EM
TRAJETÓRIAS MIDIÁTICAS**

Carolina Bonoto¹

RESUMO

Este artigo analisa as produções de subjetividades não-normativas a partir das relações com múltiplos produtos midiáticos. Com base nos relatos de vida de seis ativistas lésbicas, gays, bissexuais e trans, coletados ao longo de dois anos de trabalho de campo, apresento reflexões sobre a politização das subjetividades e as mobilizações estratégicas das identidades LGBTs em resistência ao sistema heteronormativo atual. Ancorada nos estudos culturais e estudos de gênero e sexualidade, a pesquisa parte do pressuposto de que a mídia é um dos espaços de mediação das construções identitárias e, portanto, impacta consideravelmente nas restrições e interdições sociais impostas a determinados corpos e comportamentos. De contextos distintos, temporalidades diferentes e acionando múltiplos marcadores identitários, os/as ativistas contam e recontam suas trajetórias a partir da relação com a mídia. Os relatos sobre os processos de identificação e diferenciação atravessam questões de isolamento social, temor em “sair do armário” e desejo por pertencimento. Na mídia, em suas variadas formas, encontram as primeiras referências de pessoas e experiências semelhantes. Também ganham relevo as considerações críticas quanto a regulação das visibilidades e representações disponíveis, demonstrando um processo de constante negociação travada entre as subjetividades LGBT e os produtos midiáticos.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; mídia; relatos de vida; sexualidade; subjetividade LGBT.

**“THERE IS PEOPLE LIKE ME HERE”: LGBT SUBJECTIVITY IN MEDIA
TRAJECTORIES**

ABSTRACT

This article analyzes the production of non-normative subjectivities based on relationships with multiple media products. Based on the life stories of six lesbian, gay, bisexual and trans activists, collected over two years of fieldwork, I present reflections on the politicization of subjectivities and the strategic mobilizations of LGBT identities in resistance to the current heteronormative system. Anchored in cultural studies and gender and sexuality studies, the research assumes that the media is one of the mediation spaces of identity constructions and, therefore, has a considerable impact on the social restrictions and interdictions imposed on certain bodies and behaviors. From different contexts, different timeframes and activating multiple identity markers, activists tell and retell their trajectories based on their relationship with the media. The reports on the processes of identification and differentiation go through issues of social isolation, fear of “coming out” and desire for belonging. In the media, in their various forms, they find the first references of people and similar experiences. Critical considerations regarding the regulation of available visibilities and representations are

¹ Doutoranda em Comunicação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/UFRGS). Mestra em Comunicação Midiática pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (POSCOM/UFSM). Graduada em Comunicação Social: Jornalismo (UFSM) e em Direito (UFN).

also highlighted, demonstrating a process of constant negotiation between LGBT subjectivities and media products.

KEYWORDS: Gender; media; life stories; sexuality; LGBT subjectivity.

INTRODUÇÃO

Entender-se LGBT em uma sociedade imersa em normatividades sexuais e de gênero representa, não raro, significativa influência nas formações subjetivas individuais. As múltiplas relações de poder prescrevem a normalização de determinados comportamentos enquanto marginalizam outros, provocando intensos efeitos regulatórios nas experiências identitárias. As particularidades dos contextos históricos edificam, em variados níveis, as posições sociopolíticas de indivíduos que se autodenominam lésbicas, gays, bissexuais e trans².

A reprodução de discursos heteronormativos ao longo das décadas cristalizou, no imaginário coletivo, a existência de uma suposta lógica linear entre o sexo biológico, o gênero, a identidade e a orientação heterossexual dos afetos e dos desejos. A heteronormatividade, segundo Richard Miskolci (2009; 2012), é a ordem sexual do presente fundada no modelo heterossexual, familiar e reprodutivo, expressando as demandas e as obrigações que derivam do pressuposto da heterossexualidade como fundamento basilar da sociedade³.

Trata-se de uma variação contemporânea do conceito de dispositivo da sexualidade⁴, cunhado por Michel Foucault, que busca organizar o nível social a partir

² Existem divergências em torno das expressões possíveis para se referir às pessoas trans dentro do movimento LGBT. O “T” representa pessoas transgêneras e é, comumente, utilizado como termo “guarda-chuva” para englobar transexuais e travestis. A principal falta de consenso está na divisão entre transexuais e travestis baseada na realização ou não de cirurgia redesignadora e no consequente caráter classista. Assim, faço uso da expressão “trans” de modo a não reforçar divisões de classe e exclusões.

³ O autor aponta também algumas diferenças entre heteronormatividade e os conceitos de heterossexismo e heterossexualidade compulsória. Para Miskolci (2012), heterossexismo é a pressuposição de que todos são, ou deveriam ser, heterossexuais; enquanto heterossexualidade compulsória é a imposição sistemática de relações afetivo-sexuais entre pessoas do sexo oposto, por meios educativos, culturais e institucionais.

⁴ Em *Microfísica do Poder*, Foucault (1993) apresenta sua definição de dispositivo como “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas [...] o dito e o não dito” (FOUCAULT, 1993, p. 244). Já o dispositivo da sexualidade engendra uma extensão permanente dos domínios e formas de controle e se liga à economia através de articulações numerosas e sutis, sendo o corpo a principal (FOUCAULT, 2015).

de um arranjo dito coerente, superior e natural. Por meio da subalternização de outras sexualidades, mantém-se a hegemonia da heterossexualidade. Dentro da perspectiva *foucaultiana*, a sexualidade é constituída historicamente entre as redes de poder-saber-prazer (FOUCAULT, 2015) que estão em toda parte e provêm de todos os lugares.

O corpo, notadamente, assume posição nuclear na materialização dos discursos reguladores e disciplinares, sendo um dos locais onde se estabelecem as fronteiras que definem quem somos. Também o gênero e a sexualidade, embora sejam categorias distintas, muitas vezes são compreendidas como indissociáveis e em constante tensionamento com o regime social normativo. A produção do gênero nos corpos, assim como do próprio sexo (BUTLER, 2015), é perpassada por incessantes transformações nos aparatos políticos, econômicos, culturais e científicos, de modo que a melhor maneira de compreender a sexualidade é como um construto histórico, afirma Jeffrey Weeks (2013).

Para Judith Butler (2015), devemos considerar o corpo não como uma superfície pronta à espera de significação, mas sim um conjunto de fronteiras individuais e sociais politicamente significadas e mantidas. Neste processo, é preciso atentar para os espaços pelos quais a heteronormatividade opera regulando os corpos (e por extensão, o sexo, o desejo, as práticas e identidades sexuais e de gênero), uma vez que as maneiras como vivemos nossas identidades sexuais e de gênero, lembra Kathryn Woodward (2014), são mediadas pelos significados culturais resultantes de sistemas dominantes de representação que permeiam nosso cotidiano.

Considerando que a mídia é um dos espaços que medeia nossas construções identitárias (HALL, 2013; MARTÍN-BARBERO, 2006), o objetivo deste trabalho é interpretar os processos de construção de subjetividades e identidades LGBT a partir da relação com produtos midiáticos. Com base em entrevistas em profundidade, realizadas ao longo de dois anos, apresento os relatos de vida de seis ativistas⁵ sobre suas trajetórias midiáticas, buscando compreender alguns aspectos sobre como as práticas

⁵ O presente artigo integra uma pesquisa de mestrado mais ampla, defendida em março de 2018, que discute as relações entre os usos sociais da internet e o ativismo LGBT brasileiro a partir dos relatos de vida de ativistas lésbicas, gays, bissexuais e trans. Na dissertação foram analisadas sete plataformas de ativismo pró-LGBT, sendo elas: o *site* Bi-sides; o *blog* Gorda e Sapatão; a página Homens Trans em Ação no *Facebook*; o *site* Me Representa; a plataforma Tem Local; o *blog* Transfemismo e o *site* Vote LGBT. Aqui, acrescento algumas informações e descarto outras de forma a manter atual o texto.

comunicacionais afetam, materializam e subvertem a produção de significados no âmbito dos corpos, gêneros e sexualidades dissidentes.

O relato de vida, dentro da perspectiva proposta por Daniel Bertaux (2005), é um tipo de investigação empírica inspirada na tradição etnográfica e baseada no trabalho de campo. Para o autor, considera-se um relato de vida o momento em que alguém compartilha com outra pessoa, seja essa pesquisadora ou não, um episódio qualquer de experiência vivida. É o resultado de uma forma singular de entrevista narrativa, na qual o investigador apreende um fragmento particular da realidade orientado a captar processos sociais e estruturais. Entende-se cada história individual como um “microcosmo” com potencial de fornecer repertórios suficientes para entender o “macrocosmo” que é o mundo social. Na mesma linha, Ana Maria Brandão (2007) destaca que o relato de vida é dotado de uma afetividade particular porque é através dele que o ator se reconta e se reafirma como entidade distinta dos demais.

Bertaux (2005) explica que a expressão “relatos de vida” se distingue do método de “história de vida” por afastar a tentativa de apreender inteiramente a experiência do sujeito. Como reflete Pierre Bourdieu (2006), falar em história de vida seria pressupô-la como uma sucessão linear de acontecimentos, um conjunto coerente e orientado que, criticamente, o autor considera uma “ilusão biográfica”. Segundo Bourdieu (2006), o entendimento unidirecional pode ser superado pela noção de “trajetória”, definida como a série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente, ou um mesmo grupo, em um espaço onde está submetido a incessantes transformações. Não há, portanto, a busca por uma verdade absoluta, e sim o registro de uma versão particular narrada por determinada pessoa.

É preciso atentar para corpos cujas histórias foram ignoradas ou silenciadas ao longo do tempo. Assim, ancorado nos estudos culturais e nos estudos de gênero e sexualidade, o presente artigo centraliza as experiências consideradas abjetas pela sociedade (BUTLER, 2015). Para tanto, em um primeiro momento, apresento os pressupostos teóricos que embasam as reflexões produzidas neste trabalho, especialmente no que se refere ao dualismo entre as identidades enquanto elementos mutáveis, instáveis e contingenciais e as identidades enquanto locais de pertencimento social e resistência política. Em seguida, são debatidos os relatos sobre os processos de

autoaceitação e reconhecimento de subjetividades dissidentes a partir da mediação dos produtos midiáticos, explicitando algumas das interdições e negações impostas por discursos heteronormativos e representações restritas e estigmatizantes.

IDENTIDADE LGBT E O SUBJETIVO COMO ELEMENTO POLÍTICO

Ao afirmar que antes do século XIX a homossexualidade existia, mas o/a homossexual não, Weeks (2013) sugere a presença da prática, do afeto e do desejo entre pessoas de mesmo gênero em todos os tipos de sociedade, em todos os tempos, como parte dos costumes e dos hábitos sociais – aceita ou rejeitada. Somente a partir do século XIX, nas sociedades industrializadas ocidentais, é que se desenvolve “uma categoria homossexual distintiva e uma identidade a ela associada” (WEEKS, 2013, p. 64). Para o autor, a história da homossexualidade é uma história de identidades: sua emergência, suas complexidades e suas transformações.

O conceito de identidade é multifacetado e deve ser pensado a partir de sua complexidade. Aqui, com base nos estudos culturais, as identidades são compreendidas enquanto categorias plurais, não-fixas e instáveis, podendo até mesmo se contradizer (CUCHE, 2002; HALL, 2013; 2014; MARTÍN-BARBERO, 2006; WOODWARD, 2014). Já os estudos de gênero fornecem o referencial para tratar as identidades como produções discursivas, situacionais e contingenciais (BUTLER, 2015), que se conectam com as subjetividades dos indivíduos por meio da noção de “sujeitos em processo” (BRAH, 2006).

De acordo com Stuart Hall (2014), as identidades plenamente unificadas são uma ideia fantasiosa, já que ganham sentido dentro de sistemas de significação relacionadas aos contextos e períodos históricos em que estão situadas. Na visão do autor, são um ponto de encontro entre os discursos e as práticas que nos convocam a assumir nossos lugares como sujeitos sociais, e “nos constroem como sujeitos aos quais se pode ‘falar’” (HALL, 2014, p. 111). Os indivíduos modernos são confrontados por uma diversidade desconcertante e cambiante de identidades com as quais podem se identificar, mesmo temporariamente, à medida em que se multiplicam as possibilidades de representação.

As identidades são também uma forma de localização no sistema social. Podem ser uma estratégia de inclusão e, ao mesmo tempo, um mecanismo de exclusão. Denys Cuche (2002) destaca o potencial das identidades de situarem o indivíduo em um determinado grupo social – no qual se assemelha e/ou se identifica, assim o distinguindo dos demais. Nesse sentido, as identidades aproximam pessoas em “quadros de referência” (HALL, 2014) como, por exemplo, as identidades sexuais e de gênero, objetos de interesse desta pesquisa.

A identidade sexual é compreendida pelas diferentes formas como os indivíduos vivem suas sexualidades: com parceiros/as do mesmo gênero, do gênero oposto, de ambos os gêneros, sem parceiros/as ou com parceiros/as que não se identificam com gêneros binários. Está relacionada aos comportamentos e às práticas afetivo-sexuais adotadas pelos indivíduos, mas, sobretudo, como se autodefinem. Estão sempre em processo de constituição e, portanto, passíveis de transformação, lembra Guacira Lopes Louro (2003).

Para Deborah Britzman (1996) toda identidade sexual é um constructo instável, mutável e volátil. Nenhuma, nem mesmo a identidade normativa, é automática, autêntica e facilmente assumida. A autora sugere pensar a identidade sexual (e o mesmo pode ser estendido para as identidades de gênero) dentro de um processo constante de negociação, como “uma relação social contraditória e não finalizada, sendo constantemente rearranjada, desestabilizada e desfeita pelas complexidades da experiência vivida” (BRITZMAN, 1996, p. 74).

No trabalho de campo, entretanto, observou-se certa ambiguidade no aspecto de inconstância das identidades reiterado pela literatura. Ao serem questionados/as sobre a inserção no ativismo LGBT brasileiro, todos/as os/as participantes enlaçaram suas narrativas com memórias do período de “descoberta” de suas identidades não-normativas, em maioria durante a infância ou adolescência. Os relatos indicam um esforço em fixar as identidades sexuais e de gênero enquanto locais de pertencimento social e resistência política⁶. Em entrevista, Guilherme – ativista ligado ao *Vote LGBT*⁷, por exemplo, relembra o primeiro contato com a compreensão de sua sexualidade:

⁶ Ressalto não ser minha intenção defender a existência de uma “identidade ativista” inerente aos indivíduos LGBT ou enviesar o debate para o campo historiográfico das identidades “construídas” no

Eu sei que eu sou gay desde os seis anos de idade. Lembro de ter consciência que era diferente dos outros meninos. De ter umas fantasias, uns sonhos com os garotos bonitos da minha classe, que por mais que não tivessem o sentido genital, tenho certeza que eram eróticos. Mas eu venho de uma família muito conservadora [...]. Vivi muito tempo com esse fantasma, com uma homofobia internalizada muito grande, um fantasma da expulsão, de um banimento iminente. Então eu demorei muito tempo para “sair do armário” em casa, por mais que já exercesse e já entendesse. Eu não tive uma vivência heterossexual antes de descobrir e aceitar uma vivência homossexual. Eu só fui gay a vida inteira. Só tive práticas homossexuais na vida (Entrevista Guilherme).

Ao revisitar a infância, o entrevistado descreve sentimentos e comportamentos que parecem estabilizar sua sexualidade. O foco dado à exclusividade das “práticas homossexuais” permite entrever uma fixidez que, longe de ser meu objetivo contestar, revela o paradoxo inerente ao estudo das identidades sexuais não-normativas. De forma semelhante, Natasha – ativista do coletivo Bi-sides⁸, conta o seguinte:

Eu sempre soube. Desde pequenininha eu olhava para as meninas da minha rua, olhava para os menininhos do meu colégio. E vice-versa. Eu não entendia direito, só sabia que era diferente. Eu era muito “bicho-do-mato”, sofria muito bullying, não ficava com ninguém, então era tudo muito abstrato, assim. Eu já sabia, entende? Mas tinha pânico que descobrissem, negava tudo. Passei um tempo assim, dizendo que era hetero[ssexual] e tentando negar (Entrevista Natasha).

Os relatos de Guilherme e Natasha são reveladores à medida em que, mesmo que não compreendessem exatamente o significado de ser homossexual ou bissexual, já possuíam, ainda na infância, o temor de que isso fosse descoberto pelas pessoas de seu convívio. Enquanto reconstroem as memórias, acionam marcadores de diferença que os/as colocam em posição diametralmente oposta às demais crianças. A diferença, aqui tomada de modo não essencial, mas como categoria que remete à designação de “outros”, é utilizada para fundamentar a ideia de que a identidade é dependente de outra

interior do movimento LGBT, mas sim fortalecer uma discussão que centralize as trajetórias pessoais por trás do ativismo LGBT brasileiro.

⁷ Coletivo não institucionalizado e autogerido, criado em setembro de 2014, com o objetivo de mapear e promover a visibilidade de candidatos e candidatas que defendam pautas e direitos LGBT em eleições municipais, estaduais e federais. Disponível para consulta em: www.votelgbt.org.

⁸ Coletivo midiático com forte presença *online* voltado à criação de conteúdo e divulgação de informações no que tange o tema da bissexualidade (representatividade na mídia, organização do movimento bi no país, estereótipos e preconceitos, invisibilidade social e política, entre tantos). Disponível para consulta em: www.bisides.com.

identidade para sua existência. A identidade é relacional, afirma Woodward (2014), depende de algo exterior a ela para existir.

Se decorrente de um sistema classificatório hierárquico, a diferença gera a exclusão e a marginalização das identidades consideradas inferiores. Em consequência, a construção identitária pode perpassar tentativas de adaptação àquelas consideradas “corretas” e, portanto, mais seguras. Sobre esse período, Jéssica – fundadora do *blog* Gorda & Sapatão⁹, relata o seguinte:

A minha sexualidade foi muito tolhida ao longo da minha adolescência, eu não falava muito sobre isso, não sabia muito a respeito, sabe? Não sabia nada a respeito, na verdade. A única coisa que eu sabia é que para ser aceita no grupinho que eu fazia parte, *eu tinha que gostar de meninos*, sentir algum tipo de atração e demonstrar isso publicamente. E eu acho que acabava fazendo isso no automático, sem sentir. [...] *Foi só depois dos 18 anos que eu tive certeza que realmente não gostava de homem, que gostava de mulher*, e me sentia muito mais confortável amando outra mulher (Entrevista Jéssica).

As exigências da matriz heteronormativa (BUTLER, 2015) materializam as convenções sociais nos corpos LGBTs, interferindo nas trajetórias de aceitação e inclusão. Considerada inerente aos seres humanos e naturalizada em diversos campos, a heterossexualidade não precisa ser nomeada, nem anunciada – assim como a cisgeneridade e a branquitude, muitas vezes. A experiência de “sair do armário”, de revelar-se, é relegada àqueles/as que rompem com a norma, explicitando, não raro, uma série de processos de interdições, culpas e proibições.

Percebe-se também que ao mesmo tempo em que traçam relações de diferença, os/as ativistas evidenciam a estabilidade de sua orientação sexual¹⁰. O termo refere, em resumo, ao sexo ou gênero centro de afeto/desejo de uma pessoa, sem necessariamente implicar uma consciência, intenção ou “condição”. Entre os/as entrevistados/as, a leitura da orientação sexual como elemento inato foi homogênea e constantemente relacionada a um forte sentido de localização social e, sobretudo, pertencimento.

O mesmo desejo por pertencimento, e o conseqüente desconforto por sua ausência, pode ser percebido nos relatos dos/as partícipes trans. O “corpo-sexuado” (o corpo-homem e o corpo-mulher), assim definido por Berenice Bento (2006), encontra

⁹ Blog que aborda discussões sobre: racismo, lesbianidade, sexualidade, feminismo e *bodypositive*, entre tantos. Disponível em: www.gordaesapatao.com.br.

¹⁰ O termo popularizado pelos movimentos sociais e incorporado nos vocabulários acadêmicos e governamentais começou a ser utilizado na década de 1980 para substituir a expressão “opção sexual” e combater a persistente patologização das homo/bissexualidades.

nas experiências transexuais seus próprios limites discursivos, uma vez que nelas o gênero significará o corpo¹¹, invertendo um dos pilares de sustentação das normas de gênero. Não raro, o efeito é a conformação de um não-lugar social, como o abaixo descrito por Eric – ativista do movimento de homens trans:

Na época eu fazia artes marciais, [...] fazia os exercícios, mas tinha diferença de como eu agia, de como eu era. E na época eu era visto como mulher, mas era diferente de como essas mulheres agiam. [...] Não fazia sentido, entende? *Já não era mais meu lugar ali, não a partir da identidade igual que eu tava ali.* Então eu não sabia como lidar. Toda essa obrigação de ser reconhecido socialmente como mulher causava um dano imenso. Não tinha como eu ser uma pessoa sociável. *Eu era bem isolado socialmente, aquilo me trancava.* Não tinham muitas pessoas com quem eu convivia, eu era bem fechado. Eu não tinha capacidade de existir (Entrevista Eric).

Necessário sublinhar que identidades sexuais e de gênero não são expressões intercambiáveis. Enquanto a identidade sexual pode ser entendida pelo modo como alguém se relaciona afetivo-sexualmente; a identidade de gênero, por sua vez, representa as posições-de-sujeito que se pode tomar dentro do conjunto: sexo designado ao nascer¹² – sentimento subjetivo de sexo – gênero designado ao nascer – sentimento subjetivo de gênero. A identidade de gênero é a atitude individual frente aos construtos sociais de sexo e gênero através dos quais as pessoas se identificam, percebem-se e são percebidas¹³, indica Jaqueline Jesus (2014).

O relato de Eric sinaliza uma dificuldade em desempenhar as performances de gênero designadas ao seu corpo culturalmente interpretado como “feminino”. Tais performances são apresentadas nos trabalhos de Bento (2006) enquanto ficções sociais impositivas, sedimentadas ao longo do tempo, que tentam organizar os corpos em sociedade. A identidade de gênero não é uma essência que adquire visibilidade pelos atos e comportamentos; ao contrário, são os atos, linguísticos e corporais que edificam os sujeitos generificados.

¹¹ Isso, porque são corpos que subvertem a reiteração sistemática da ordem sexo biológico – gênero – identidade de gênero – orientação sexual.

¹² O termo “designado ao nascer” é uma forma de evitar o essencialismo biológico e de repensar criticamente o fato de automaticamente considerar certos corpos como masculinos/femininos.

¹³ Por exemplo, dentro de uma matriz binária, uma pessoa nascida com genitais femininas deve obrigatoriamente se identificar como mulher, assumir papéis sociais reservados às mulheres e apresentar-se socialmente de acordo com os signos reservados à feminilidade. Assim, é cisgênera a pessoa onde tais elementos estiverem “alinhados”; e transgênera a pessoa onde estiverem, em algum nível, discordantes.

Em sua fala, o entrevistado também relaciona a pressão para se encaixar no corpo/papel/gênero que não “fazia sentido” com um movimento intenso de retração e isolamento social, comumente reportado na literatura sobre a sociabilidade trans. De encontro, os relatos de Hailey – ativista do movimento transfeminista, revelam uma experiência similar durante a adolescência:

As histórias são sempre muito parecidas, né. Eu tive uma infância com muito *bullying* por ser, na época, visto como um menino muito afeminado. *Primeiro me assumi gay, mas não era bem aquilo*. Eu queria usar maquiagem, queria vestir roupas “femininas”, queria mais. Aí quando tinha uns dezessete, dezoito anos, passei a me identificar como mulher trans (Entrevista Hailey).

Para a ativista, a construção da identidade de gênero é resultado de idas e vindas, especulações e experimentações. Os passos iniciais não foram fáceis: “*as pessoas achavam que eu era um homem de vestido, não existia uma preocupação em respeitar meu gênero*”, relata em entrevista. Nesse momento, ainda relembra o sentimento de urgência em atingir certos “pré-requisitos” de feminilidade para que fosse aceita: “*quando comecei a ter curvas, cabelo comprido, sem pelos no rosto, eu senti que adquiria respeito das outras pessoas*”. A cobrança descrita por Hailey revela a existência de um condicionamento violento e sistêmico à redesignação sexual, cirúrgica ou hormonal, para que as identidades trans sejam plenamente validadas e reconhecidas na organização social.

Soma-se ao debate as críticas tecidas por Butler, desde os anos 1990, ao afirmar que “não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é performativamente constituída pelas próprias ‘expressões’ tidas como seus resultados” (2015, p. 48). Para a autora, o gênero não é um elemento essencial, estável ou pré-discursivo, mas sim algo performativo. Feminilidades e masculinidades, sob essa perspectiva, extravasam os corpos de mulheres e homens, organizando a sociedade a partir de relações múltiplas de poder na busca por estabilizar as identidades de gênero e manter os corpos inteligíveis¹⁴.

¹⁴ Para Butler (2015), corpos inteligíveis são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações coerentes entre sexo, gênero, prática sexual e desejo, edificando a noção de pessoa como uma agência que reivindica prioridade ontológica aos vários papéis e funções pelos quais assume viabilidade e significado sociais. São, em resumo, os corpos facilmente compreendidos ao primeiro olhar, pois reproduzem as performances de gênero deles esperadas.

Outro ponto relevante é que, com frequência, as identidades “lésbica”, “gay”, “bissexual” e “trans”, e também as variáveis “sapatão” e “veado”¹⁵, foram acionadas como parte integrante de um posicionamento político. A emergência de uma categoria identitária nunca é aleatória ou inocente. Se determinada identidade é tida como “normal”, “natural” ou “única” de modo a sequer ser vista como uma identidade, mas simplesmente como “A” identidade, pontua Tomaz Tadeu Silva (2014), as demais se encontram em um campo oposto, em constante reivindicação por afirmação, visibilidade e reconhecimento.

Diante das convenções sociais que estruturam hierarquias de gênero e sexualidade, as identidades são estrategicamente mobilizadas como resistência ao princípio organizador de atitudes sexuais tradicionais (WEEKS, 2013,). Um exemplo é o seguinte relato de Antônio – ativista LGBT, sobre as dificuldades enfrentadas ao morar com o primeiro namorado:

A gente morava num condomínio na Glória [Rio de Janeiro, RJ] e sofria muitos ataques dentro do prédio mesmo. A gente andava e os moradores falavam “Aí ó: Tadeu e Tadando”, coisas assim, sabe? Era sempre um tipo de chacota diferente. Então a gente foi *se descobrindo gay, se descobrindo ativista*, se descobrindo parte de uma militância mesmo não estando nela. É o ato de ir ao supermercado junto, de pagar uma conta junto, de alugar um apartamento sendo um casal. Nos forçavam a dizer que era uma república e a gente forçava esse lugar de “*não, nós somos um casal, nós somos gays*”. (Entrevista Antônio).

Mais do que uma declaração de pertencimento, Antônio assume uma posição específica de enfrentamento ao preconceito e às constantes tentativas de invisibilizar seu relacionamento. Por certo, o fato de o corpus de pesquisa agregar exclusivamente pessoas envolvidas com o ativismo LGBT representa uma significativa influência nas posturas que assumem em relação aos códigos sociais dominantes. A resposta de Jéssica é outro exemplo:

Eu sempre bato nessa tecla. Faço questão de marcar esse lugar. Sou sapatão. Sou negra. Sou gorda. *Existe poder político em reforçar publicamente essas identidades*. Elas fazem parte de mim, de quem eu sou. Você não precisa ser necessariamente ativista para isso (Entrevista Jéssica).

¹⁵ A utilização desses termos representa uma estratégia discursiva de ressignificar categorias de acusação, discriminação ou ofensa.

Na visão de Avtar Brah (2006), a subjetividade é marcada pela multiplicidade, contradição e instabilidade. Já a identidade, por sua vez, é um processo pelo qual a subjetividade é significada como algo com “coerência, continuidade, estabilidade; tendo um núcleo em constante mudança, mas, de qualquer maneira, um núcleo – que a qualquer momento é enunciado como o ‘eu’” (BRAH, 2006, p. 371). Somos sujeitos de muitas identidades, completa Louro (2013). Elas podem ser provisoriamente atraentes e, depois, descartáveis.

Ao falar de si como lésbica, Butler afirma estar fazendo uma “produção, geralmente em resposta a uma demanda, para se fazer visível (sair do armário) ou escrever em nome de uma identidade que, uma vez produzida, funciona como um fantasma politicamente eficaz” (BUTLER, 2000, p. 87). Nota-se, portanto, um “essencialismo estratégico” acionado pelos/as interlocutores/as em suas construções identitárias que perpassa a politização de suas subjetividades¹⁶.

Os movimentos teóricos realizados até aqui apresentaram as identidades enquanto plurais, fragmentadas e constituídas por meio de complexas relações de saberes e poderes. Os relatos coletados são uma rica fonte para compreender o potencial político das subjetividades, bem como sua importância na localização social de pessoas LGBTs. As entrevistas também revelaram momentos de conflito, principalmente durante a infância e a adolescência, onde foram recuperadas lembranças doloridas de interdições, preconceitos e a constante sensação de não-pertencimento associada, sobretudo, à falta de referências sobre outros corpos e sexualidades dissidentes.

Partindo do pressuposto de que a mídia é um dos espaços de mediação de nossas subjetividades e construções identitárias, a próxima seção analisa os relatos de vida envolvendo os processos de reconhecimento e autoaceitação atravessados pelas trajetórias midiáticas dos/as entrevistados/as. Interessa, de forma especial, os movimentos de negociação travados com os sentidos construídos e disponibilizados pelos produtos midiáticos.

¹⁶ Importante ponderar, como lembra Nascimento (2020), que a saída do armário é uma invenção do século XX, tal qual a homossexualidade é uma invenção do século XIX, e nem sempre pessoas LGBT puderam publicizar esse aspecto pessoal sem que fosse considerado crime, pecado ou doença.

TRAJETÓRIAS MIDIÁTICAS NO COTIDIANO LGBT

Os processos comunicacionais estão no centro de um complexo cenário de circulação de valores culturais, impactando amplamente a vida cotidiana. Analisar de forma crítica a participação dos meios de comunicação nas sociedades se faz essencial para, dentro de uma grande moldura, entender a perpetuação de discursos hegemônicos e, por consequência, como são produzidas e reiteradas as redes de poder que ditam os modos aceitáveis de viver as identidades sexuais e de gênero.

O conceito de hegemonia é descrito por Antônio Gramsci como o movimento em que um grupo ou classe social exerce o poder sobre outros grupos ou classes sociais. Não se trata de uma forma de coerção puramente física ou violenta, e sim de um consentimento coletivo acerca de um “universo de convicções” (GRAMSCI, 2007, p. 65) compartilhado entre os indivíduos de uma sociedade. Mais do que uma prática política ou econômica, a hegemonia também se estabelece no campo cognitivo.

Inspirado na obra de Gramsci, Eduardo Coutinho (2012) define hegemonia como a capacidade de um grupo em determinar o sentido da realidade através da organização da cultura. Na mesma linha, também a partir dos estudos *gramscianos*, Jesús Martín-Barbero (2006) situa a comunicação enquanto um lugar estratégico na configuração dos novos modelos de sociedade, sendo mediadora dos novos modos de percepção, de linguagem e de construir identidades. Para os autores citados, a luta pela hegemonia é uma luta pela articulação de processos simbólicos e significações no imaginário social.

É inegável a presença significativa da mídia na contemporaneidade. De formas sutis, produtos midiáticos de diferentes gêneros e formatos se tornaram gradualmente imprescindíveis, disseminando-se em nosso cotidiano. Nesse cenário, os discursos midiáticos contribuem para nossa capacidade de compreender o mundo, articulando fatos e construindo sentidos atrativos, inteligíveis e úteis enquanto parâmetros da realidade. Em sua materialidade, os discursos contêm representações e práticas culturais que “dizem sobre” e “falam para” no contexto histórico em que estão inseridos.

Afastando qualquer ingênua suposição de neutralidade, os discursos midiáticos devem ser interpretados dentro da cultura vigente – pela qual são influenciados e, na

mesma medida, influenciam – em um sistema que se retroalimenta, forjando um suposto consenso social. Como pontua Hall (2016), os significados culturais não estão somente na nossa cabeça – eles organizam e regulam práticas sociais, influenciam nossa conduta e consequentemente geram efeitos reais e práticos.

Sob essa ótica, os discursos midiáticos participam ativamente na constituição de subjetividades que, com base na proposta de Brah (2006), serão aqui pensadas como algo sempre em processo. Para a autora, ainda que seja fonte de controvérsias teóricas, o conceito de subjetividade pode nos ajudar a entender os investimentos psíquicos que fazemos ao assumir posições específicas de sujeito. O seguinte trecho da entrevista com Guilherme indica os primeiros movimentos de negociação travados consigo mesmo acerca de sua orientação sexual:

Eu cresci achando que era o único gay que existia. Cresci achando que era doente e esperando o momento em que a doença ia passar “ah, quando eu chegar na puberdade isso vai passar”, ou “quando eu beijar uma menina isso vai passar”, ou “quando transar com uma menina vai passar”. Não existia nenhum tipo de registro de alguém como eu, entende? (Entrevista Guilherme).

Guilherme é taxativo quanto à ausência de representações sobre a homossexualidade durante período de “descoberta” da sexualidade, e também quanto ao impacto negativo que isso lhe causou. As memórias do ativista revelam sentimentos de solidão, inadequação e isolamento social que, com semelhanças, foram compartilhados por todos/as os/as demais entrevistados/as. A quebra desse ciclo vem, segundo Guilherme, ainda na adolescência:

*Na época tinha uma revista da Folha [de São Paulo] que tinha uma seção “GLS”, mas que não chegava no interior onde eu morava. Aí meu irmão trazia escondido de São Paulo e deixava escondida lá na roça. Um dia eu achei uma e vi que tinha anúncio de uma sauna, e eu me lembro de pensar “nossa, aqui tem gente como eu”. E eu lembro disso ser super importante para mim. Então eu ia escondido para fuçar nas revistas e ver esses anúncios. [...] Aí depois eu tive uma fase de ficar escondido vendo as revistas *Playboy* dos meus irmãos, mas só pra ver os anúncios de cueca [risos]. Época pré-internet era realmente uma miséria (Entrevista Guilherme).*

Para o ativista, com 38 anos à época das entrevistas, a falta de referências nos meios tradicionais de comunicação exigiu criatividade para atender algumas das dúvidas e curiosidades que começavam a surgir. O primeiro contato com “gente como ele”, ainda que restrito aos anúncios publicitários, é descrito com entusiasmo e revela o início

de um rompimento com a sensação de ser o “*único gay*” em sua percepção de realidade. A mesma importância atribuída aos meios de comunicação pode ser notada na fala abaixo, de Natasha:

Quando eu tinha uns 12 anos eu vi uma matéria na Revista Marie Claire sobre a cena *clubber*. Eu sou velha então era essa a cena [risos]. Essa matéria tinha entrevista com uma “mina” que era bissexual. Ela falava alguma coisa sobre não se limitar nas relações. *Aí eu sei que olhei e pensei “é isso”. Essa palavra cabe para mim.* Tanto que quando eu contei para minha mãe que era bissexual, com 18 anos, eu nem falei da revista, mas ela disse “ah, não devia ter deixado você ler as Marie Clarie” [risos] (Entrevista Natasha).

A memória recuperada por Natasha, com 31 anos ao tempo do encontro, indica que seu primeiro contato com a palavra bissexual foi em uma revista, assim como para Guilherme. Chama a atenção o fato de que tais conteúdos não tratavam diretamente de sexualidade ou orientação sexual. Em ambos os casos, a simples representação de pessoas LGBT, falando ou não sobre suas vivências, foi suficiente para o início de uma identificação¹⁷. Antônio, o segundo mais velho do grupo de entrevistados/as, com 35 anos, compartilha uma experiência semelhante:

Eu sou da geração revista. Na minha época tinha a *G Magazine*, que era uma revista média de conteúdo informativo, era mais de homens pelados mesmo. Mas tinha uma revista maravilhosa que circulava, a *Sui Generis*, e foi a primeira vez que eu tive contato com essa mídia alternativa e, de certa forma, ativista. *Foi onde minha cabeça abriu para muita coisa que estava acontecendo comigo naquele momento.* Já falavam de assuntos que eu só fui ter contato de novo muito tempo depois. Também indicavam filmes, documentários, livros, tudo de temática LGBT. Para mim foi fundamental (Entrevista Antônio).

O relato de Antônio está inserido em um contexto de reestruturação dos meios de comunicação e do próprio movimento LGBT – até então chamado de Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), sob efeito dos processos de redemocratização do país pós-ditadura. As publicações¹⁸ citadas pelo ativista retratam a emergência de mídias

¹⁷ Não pretendemos afirmar, contudo, que essa identificação seja suficiente para que se inicie a vivência plena da identidade LGBT. Como vimos na primeira parte deste trabalho, cada ativista percorre uma trajetória singular que, muitas vezes, requer um longo período até concluir o processo de aceitação.

¹⁸ A *Sui Generis*, criada em 1995, é considerada a primeira revista de caráter jornalístico sem apelo erótico e abertamente gay do mercado brasileiro (PÉRET, 2011). Trazia seções de literatura, cinema, moda e comportamento (artes, cidadania, política e serviços) e circulou até 2000, quando encerrou atividades após 55 edições. Já a *G magazine*, criada em 1997, foi a revista gay com maior tempo de circulação no Brasil, com 16 anos no mercado editorial. Segundo Péret (2011), ela inovou no campo da imprensa erótica ao apresentar nus de homens famosos, além de reunir assuntos que parecem antagônicos; nudez, informação e militância política.

“alternativas” voltadas às questões de gênero e sexualidade que, potencialmente mais democráticas, podem atuar como força compensatória ao fluxo unilateral característico da mídia tradicional¹⁹.

Os relatos coletados indicam a centralidade da “saída do armário” (para si ou para amigos e familiares) nas histórias de vida dos/as ativistas, reiterando a perspectiva de Eve Sedgwick (2007) quando afirma que o armário é uma “presença formadora” e uma experiência fundamental que atravessa o cotidiano de pessoas não-heterossexuais. É relevante notar, ainda, o papel da mídia na mediação desses momentos de percepção pessoal. Entre os/a ativistas mais velhos/a o primeiro contato com referências de homo/bissexualidade é mediado pela mídia impressa, seja hegemônica ou alternativa; já entre os/as ativistas mais jovens, a “descoberta” é intrinsecamente ligada aos usos da internet, revelando o atravessamento de marcadores geracionais. O relato de Eric, aos 29 anos, exemplifica:

Eu estava pesquisando sobre arte *queer* e, daqui a pouco, vi um vídeo sobre um homem trans lá dos Estados Unidos. Fui olhar e apareceu esse cara falando da vida dele. Aparecia imagem dele sem roupa, o que foi uma coisa marcante para mim. Ele não tinha feito cirurgias, só tinha tomado hormônio. [...] *Vendo a trajetória de vida dele e essas imagens foi que me caiu a ficha, sabe?* Foi quando eu percebi que ser um homem trans não era igual a querer fazer cirurgia genital. *Isso foi muito importante para mim. Mudou tudo.* O que eu tinha de noção sobre isso era bem o senso comum: travesti era quem se vestia de mulher e transexual era quem queria fazer “mudança de sexo”, fazer a cirurgia genital. Era isso o que eu tinha de referência, igual todo mundo. Aí foi quando eu me dei conta “mas olha só, tu podes viver como homem e tu não precisa fazer cirurgia genital” (Entrevista Eric).

Pesquisas como a de Mario de Carvalho (2015) indicam a forte presença, entre homens trans, da supervalorização de esforços para construção de um corpo perfeitamente generificado enquanto estratégia de reconhecimento. Esses esforços são, muitas vezes, produtores de violências simbólicas contra aqueles que não desejam ou não conseguem ter êxito neste processo. Por meio do vídeo de um *youtuber* norte-americano, entretanto, Eric teve não apenas o primeiro contato com a história de um homem trans, mas também com a possibilidade de experienciar sua identidade sem

¹⁹ Os termos “mídia tradicional” e “mídia hegemônica” são, por vezes, utilizados para designar os veículos de alcance nacional ou regional, em virtude da ampla circulação ou influência social, diferenciando-os dos de menor influência e maior independência, também chamados de “alternativos”. Ainda que se reconheçam as problemáticas e contradições teóricas, tais definições se assemelham ao uso que os/as entrevistados/as fazem dos termos.

noções pré-concebidas sobre a necessidade de intervenção cirúrgica. É possível perceber, na empolgação da fala, a relevância que tal descoberta teve para que Eric reivindicasse para si uma “nova” identidade de gênero.

O conhecimento da existência de pessoas trans, assim como o reconhecimento da categoria identitária *trans*, também atravessa a experiência de Hailey, 30 anos, a partir da relação com a internet²⁰:

*Eu tinha um amigo que me ajudou muito nesse processo de transição. E eu conheci ele pela internet. [...] E ele me ajudou muito, me apresentou umas leituras, me levou em alguns espaços e eu fui me interessando mais e mais até me sentir confortável para me assumir trans. A internet teve um papel forte, até por que eu sou *millenium* então a internet ficou forte na metade da minha adolescência, que foi quando eu me assumi trans. Então meio que casou. *Eu participava de comunidades do Orkut, depois no Facebook, e lia bastante blogs, bastante mesmo* (Entrevista Hailey).*

A partir do estabelecimento de relações de amizade e confiança na internet, Hailey conseguiu experienciar sua identidade de gênero:

*Um dos primeiros passos para se assumir trans é se assumir trans na internet mesmo, sabe? É vivenciar aquilo, alterar o nome no Facebook e passar a se relacionar com as pessoas, mesmo que só virtualmente, enquanto trans. *Provavelmente porque não tem como fazer isso de imediato na “vida real”, digamos assim, no dia-a-dia, fora do virtual* (Entrevista Hailey).*

Em certa medida, os espaços comunicacionais digitais constituem um contraponto à socialização quase que exclusivamente heterossexual e cisgênera da sociedade contemporânea. Em totalidade, os/as entrevistados/as não conviviam com outras pessoas LGBT em seu núcleo familiar ou círculo de amizades próximas durante o período de autoaceitação. Além do acesso à informação, a internet se torna um espaço fundamental para a sociabilidade das identidades dissidentes, especialmente para aquelas distantes do circuito LGBT urbanizado. Ponderações semelhantes sobre essas relações podem ser observadas nas pesquisas de Gisele Nussbaumer (2012) e Marcelo Daniliauskas (2016).

O ambiente *online* permite a criação de comunidades e grupos virtuais constituídos por indivíduos que partilham interesses, sentimentos e experiências em comum, onde não precisam temer olhares que deslegitimam e discriminam. As mídias

²⁰ O uso da internet é consideravelmente maior entre aqueles/as que chegaram à adolescência no final de 1990 e início dos anos 2000, em meio à sua expansão comercial no Brasil.

digitais, segundo Miskolci (2011), tornam possível um acolhimento inicial, mas promissor, de pessoas relegadas a contextos discriminatórios e de expressões individuais que a sociedade tende a recusar ou marginalizar.

Como visto até aqui, a mídia é um dos locais onde são produzidas identidades e subjetividades. É, também, um espaço de regulação na medida em que nos apresenta modelos e formas de compreensão do mundo. O relato de Jéssica, ativista mais jovem do grupo, aos 27 anos, deixa isso evidente:

Eu sou negra, gorda e sapatão. A mulher negra é a hipersexualizada, a lésbica é fetichizada e a gorda é sempre a fonte de humor ou pena. Então *nada do que está posto [na mídia tradicional] me serve*. Eu quero estabelecer outras coisas, eu quero uma ruptura. Eu acredito em falar sobre lesbianidade, corporeidade e negritude. São temas primordiais para estabelecer uma nova ideia dessas pessoas que são sujeitas, que são cidadãs e que precisam de um bem-viver em sociedade. [...] *É importante estabelecer uma narrativa contra-hegemônica para que a narrativa dos outros não prevaleça sobre a minha própria, entende? É para isso que a internet tá aí* (Entrevista Jéssica).

Jéssica retrata os limites dos discursos hegemônicos ao reforçarem leituras normatizadoras e estigmatizantes, entretanto sugere a possibilidade de que novas narrativas disputem espaço nos processos socioculturais, reivindicando a pluralidade de visões e questionando arranjos hierárquicos. Ainda que sem desconsiderar as dinâmicas de homogeneização das mídias, Martín-Barbero (2006) destaca que os movimentos de apropriação e ressemantização de lógicas das tecnologias de comunicação permitem configurar outras formas de saber, percepções, sensibilidades, linguagens e modos de intervenção na realidade social.

Questões de gênero, cor/raça e sexualidade também são problematizadas na fala de Jéssica ao criticar o modo como os sentidos sobre o seu corpo são construídos nos produtos midiáticos, principalmente no âmbito das representações. A ativista é categórica sobre a indispensabilidade de pensar tais marcadores em conjunto, buscando novas e mais humanizadas representações. Como lembra Brah, as “estruturas de classe, racismo, gênero e sexualidade não podem ser tratadas como ‘variáveis independentes’ porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra – é constituída pela outra e é constitutiva dela” (2006, p. 351).

Para Hall, as representações midiáticas de corpos racializados estão sendo alteradas da total invisibilidade para uma “espécie de visibilidade cuidadosamente

regulada e segregada” (2013, p. 377). Tais restrições nas representações não passaram despercebidas pelos/as participantes da pesquisa. Além de destacar a relevância do debate sobre visibilidade/invisibilidade nos produtos midiáticos, parte significativa dos/as ativistas problematiza as representações midiáticas disponíveis, sobretudo na televisão aberta.

As considerações incluem críticas a personagens lésbicas cuja feminilidade é exacerbada; a representação de “bissexuais indecisos” cuja “estabilidade” ou “correção” é alcançada com o relacionamento monogâmico; a representação exclusiva de personagens ou celebridades trans “passáveis”²¹; as relações não-heterossexuais quase sempre representadas como monogâmicas, procriativas e pouco sensualizadas; o apagamento das não-binariedades; e, ainda, as representações cômicas nas quais a subjetividade LGBT é reduzida a estereótipos. As percepções dos/as entrevistados/as sobre visibilidades e representações midiáticas foram detidamente analisadas em trabalho anterior (BONOTO, BRIGNOL, 2020) envolvendo as tensões e conflitos entre o ativismo LGBT brasileiro e a mídia.

Os discursos e os sistemas de representação dispõem os lugares a partir dos quais podemos nos situar e, muitas vezes, apontam para um padrão social desejado. É por intermédio dos significados produzidos pelas representações, ratifica Woodward (2014), que damos sentido à nossa experiência, àquilo que somos e àquilo que podemos nos tornar. Os relatos de vida analisados nesta seção reiteram a já pressuposta relevância da mídia nos processos de subjetividade e construções identitárias. Em suas trajetórias, os/as ativistas entrevistados/as enlaçam os períodos de descoberta, aceitação ou experimentação de suas subjetividades não-normativas aos produtos midiáticos disponíveis, sobretudo na infância ou adolescência. Referências e reflexões sobre revistas, séries, filmes, telenovelas, comunidades virtuais, canais de *youtubers*, explicitam a permeabilidade da mídia na materialização de discursos que podem reforçar o sistema heteronormativo, ou então contestar essa matriz regulatória.

²¹ Passabilidade é um conceito geralmente empregado para descrever as pessoas transexuais que possuem uma leitura social cisgêneros. Seus corpos, roupas e adereços “fazem com que suas identidades não sejam identificadas como destoantes da norma” (NASCIMENTO, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção das identidades sexuais e de gênero de lésbicas, gays, bissexuais e trans – assim como de todas as demais, é um processo realizado no campo da cultura, e não determinado por uma essência inata (HALL, 2013; WOODWARD, 2014). Naturalizadas em diversos planos, tanto a heterossexualidade quanto a cisgeneridade, são consideradas inerentes à experiência humana. Em um sistema heteronormativo (MISKOLCI, 2012), traçam-se os limites entre o aceitável e o condenável; o permitido e o criminalizado; e, em última instância, o normal e o desviante.

No emaranhado das múltiplas redes de poder (FOUCAULT, 2015), a mídia constitui um espaço de mediação de nossas compreensões de mundo, articulando discursos e construindo sentidos atrativos, inteligíveis e úteis. Os discursos midiáticos participam ativamente da constituição de subjetividades que, como apresentado neste trabalho, devem ser pensadas como algo sempre em processo (BRAH, 2006). O conceito de subjetividade tornou possível descrever e analisar os relatos de vida (BERTEAUX, 2005) a partir das contradições, multiplicidades e instabilidades narradas pelos/as entrevistados, mesmo quando vestidos/as em assumir posições específicas.

Através do individual é possível chegar à compreensão do modo como o universal se manifesta na singularidade, lembra Brandão (2007). Nesse sentido, os relatos coletados permitiram refletir sobre as relações estabelecidas entre a mídia e os processos de construção identitária de pessoas LGBT. Enquanto as identidades são descritas pela literatura como categorias plurais, não-fixas e instáveis (CUCHE, 2002; HALL, 2013; 2014; MARTÍN-BARBERO, 2006; WOODWARD, 2014), foi perceptível o esforço dos/as participantes em fixar suas identidades sexuais e/ou de gênero como locais de pertencimento social e resistência política, revelando um paradoxo inerente ao estudo das identidades não-normativas.

As exigências da matriz heteronormativa (BUTLER, 2015) materializam as convenções sociais que estruturam hierarquias de gênero e sexualidades, interferindo nas trajetórias de aceitação e inclusão de corpos LGBT. As memórias recuperadas, sobretudo da infância e adolescência, remontam momentos de retração e desconforto diante a “descoberta” da orientação sexual e/ou identidade de gênero não-normativas. Tal compreensão vem, quase sempre, cercada pelo temor da “saída do armário”, ou seja,

o anúncio público de seus afetos e desejos, gerando uma reiterada sensação de não-pertencimento, isolamento social e inúmeras tentativas frustradas de adaptação à norma.

Nenhum/a dos/as interlocutores convivia com outras pessoas LGBT em seu núcleo familiar ou círculo de amigos próximos durante o período de percepção da sexualidade ou identidade de gênero dissidente. Foi na mídia, em suas variadas formas, que encontraram as primeiras referências. É significativo salientar que o processo de produção de subjetividades LGBT a partir da mediação com produtos midiáticos não ocorre de forma isolada e está relacionado a outros marcadores identitários que atravessam as experiências dos/as entrevistados/as, em especial, questões de classe – definidoras no acesso a produtos culturais como televisão à cabo ou internet, por exemplo; e também questões geracionais.

Entre os/as mais velhos/as, o contato inicial com referências de sexualidades dissidentes é mediado pela mídia impressa; já entre os/as entrevistados/as mais jovens, está diretamente ligado aos usos da internet. Os relatos apontam o ambiente digital como um espaço fundamental na mediação e construção identitária, sobretudo no momento de autoaceitação e saída do armário. Mesmo que com ressalvas às assimetrias existentes nas condições de acesso às novas tecnologias, a internet se destaca pela potencialidade em criar espaços de acolhimento, interação e sociabilidade entre pessoas que compartilham vivências semelhantes.

A mídia é, assim, um dos locais onde são produzidas as subjetividades e identidades. É, ainda, um local de regulação destas, na medida em que modelos de leitura do mundo, muitas vezes normativos, estão presentes nos discursos que circulam. Os/as entrevistados/as ressaltaram não apenas o impacto da ausência de representações LGBT nos produtos midiáticos, mas também as negociações travadas com as representações disponíveis. As críticas envolvem o esvaziamento das subjetividades em personagens LGBT, especialmente em produtos do *mainstream*; as restrições de uma visibilidade “cuidadosamente regulada” (HALL, 2013); e a reiteração de estereótipos.

Reconhecidos os limites da pesquisa, incluída a própria dificuldade em apreender as subjetividades forjadas na relação com a mídia, os relatos de vida aqui analisados possibilitaram explorar os sentidos atribuídos aos discursos midiáticos sobre gênero e sexualidade em circulação nas últimas três décadas. Permitiram, também,

compreender como tais sentidos se materializam em identidades consideradas dissidentes em uma sociedade marcada pela heteronormatividade. Em constante processo de negociação, os corpos LGBT borram fronteiras de categorização e tensionam os produtos midiáticos por representações e visibilidades mais amplas e diversas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BERTAUX, Daniel. **Los relatos de vida**. Barcelona: Bellaterra, 2005.

BONOTO, Carolina; BRIGNOL, Liliane. “É de confiar desconfiando”: Tensões e conflitos entre o ativismo LGBT e a mídia. In: **Contracampo**, Volume 39, Número 1, p. 116-130, 2020.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M.; AMADO, J. (org). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. In: **Cadernos Pagu**, Número 26, p. 329-276, 2006.

BRANDÃO, Ana Maria. **Entre a vida vivida e a vida contada**: A história de vida como material primário de investigação sociológica. *Configurações*, n.º 3, 2007, pp. 83-106.

BRITZMAN, Deborah. O que é essa coisa chamada amor. Identidade homossexual, educação e currículo. In: **Educação e Realidade**, Número 21, p. 71-96, 1996.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. Imitación e insubordinación de género. In: **Revista de Occidente**, Número 35, p. 85-109, 2000.

CARVALHO, Mário. “Travesti”, “mulher transexual”, “homem trans” e “não binário”: interseccionalidade de classe e geração na produção de identidades políticas. In: **Cadernos Pagu**, Número 52, 2018.

COUTINHO, Eduardo. Hegemonia e linguagem: clichês midiáticos e filosofia das massas. In: **Avatares de la comunicación y la cultura**, Número 3, p. 82-92, 2012.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 2002.

DANILIAUSKAS, Marcelo. Não se nasce militante, torna-se: processo de engajamento de jovens LGBT – Panorama histórico na cidade de São Paulo e cenário atual em Paris. Tese de doutorado em Educação, Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2016.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

JESUS, Jaqueline. Gênero sem essencialismo: feminismo transgênero como crítica do sexo. In: **Universitas Humanística**, Número 78, p. 241-257, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. In: MORAES, Denis (Org). **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

MISKOLCI, Richard. A Teoria *Queer* e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. In: **Revista Sociologias**, Número 21, p. 150-182, 2009.

NASCIMENTO, Fernanda. Sapatões e mídia: Produções de identidades a partir de práticas de recepção. Tese de doutorado em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 2020.

NUSSBAUMER, Gisele Marchiori. Identidade e sociabilidade em comunidades virtuais gays. In: **Bagoas**, Volume 2, Número 02, p. 211-230, 2012.

PÉRET, Flávia. **Imprensa gay no Brasil: entre a militância e o consumo**. Publifolha, 2011.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. In: **Cadernos Pagu**, Número 28, p. 19-54, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 35-82.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

Recebido em 22 de janeiro de 2021.

Aprovado em 23 de abril de 2021.